

**FÁTIMA PATRIARCA** —*A questão social no salazarismo (1930-1947)*, 2 volumes, Lisboa, IN/CM, 1995, 669 p.

Exemplo positivo de relacionamento entre uma instituição de investigação científica e uma editora (ambas públicas, respectivamente, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e a Imprensa Nacional/Casa da Moeda), a Colecção Análise Social passa a integrar mais uma monografia (a quarta).

Trata-se de uma versão revista da dissertação de doutoramento defendida por Fátima Patriarca, em 1990, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa - então com o título, *Processo de implantação, lógica e dinâmica de funcionamento do corpo-*

*rativismo em Portugal. Os primeiros anos de salazarismo.*

Resultado de um esforço interpretativo estruturalmente interdisciplinar, o texto em causa é tributário de metodologias, matrizes teóricas e paradigmas epistemológicos oriundos, quer da sociologia, quer da história. Para além de uma ampla e actualizada bibliografia, foi utilizada documentação de arquivo, legislação e outras publicações oficiais, publicações periódicas, publicações da Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista.

Tendo em conta as características específicas da história recente e as práticas de investigação em sociologia, grande parte das questões é abordada a partir de amostras significativas de universos mais amplos. Esta opção tornou possível o estudo de temáticas que, caso a autora tivesse mantido a tradicional (pelo menos entre os historiadores) exigência de "exaustividade", atingiriam dimensões incomportáveis.

Fátima Patriarca começou por delimitar um objecto de estudo particularmente pertinente e actual: como foi estruturada e quais as características da "política social" desenvolvida pelo Estado Novo nas suas duas primeiras décadas de existência. Nas palavras da autora, o "que me movia, para o período anterior e posterior a 1934, era o "como" se passavam as coisas na fase preparatória e inicial do corporativismo; eram as reclamações e as posições, os argumentos e as estratégias dos diferentes actores - trabalhadores, patrões e Estado-na organização e defesa dos seus interesses. Perguntas que me pareciam essenciais para perceber, ou tentar perceber que sentido tinha —e se havia sequer existido—aquela política social do Estado Novo que eu entrevira e que uns autores tendem a negar e outros a afirmar. E a existir, que eco teria ela tido entre as classes trabalhadoras e qual havia sido o comportamento dos sectores patronais, ou ainda qual o papel político que ela teria desempenhado na consolidação do regime", (p. 13)

*A questão social no salazarismo* encontra-se organizada em três

grandes partes: "Nas vésperas do corporativismo", dedicada à caracterização da situação político-social portuguesa entre o fim da Primeira República e a publicação do Estatuto do Trabalho Nacional; em "A "nova ordem das coisas"", são analisadas as condições de estruturação e as modalidades de funcionamento dos Sindicatos Nacionais; "O triângulo corporativo: estado, patrões, trabalhadores", aborda as relações existentes entre os trabalhadores, os sindicatos nacionais, o patronato e o Estado Novo antes e depois da eclosão da Segunda Guerra Mundial.

No que diz respeito aos vários capítulos da primeira parte, Fátima Patriarca propõe uma leitura aprofundada e particularmente desmitificadora da realidade sindical portuguesa no final da década de vinte (<sup>1</sup>). Entre os aspectos mais inovadores da análise realizada, salientaria os elevados níveis de conflitualidade existentes no interior das próprias estruturas de organização/representação dos trabalhadores; a reavaliação do peso da corrente socialista ("reformista") no conjunto do movimento sindical; a identificação e caracterização de experiências sindicais de matriz católica e na-

(<sup>1</sup>) "A irredutibilidade dos princípios doutrinários dos anarco-sindicalistas em relação ao Estado, a impaciente turbulência e o maximalismo reivindicativo dos comunistas [...] mantiveram-se praticamente inalterados. E assim iriam permanecer. Associações de classe de ambas as correntes vão continuar, na segunda metade de 1932 - e, como veremos, ao longo de 1933 - a reclamar-se lídimas defensoras da "acção directa" e da "táctica revolucionária"; e, com a mesma facilidade e convicção, a dirigir-se aos poderes públicos que, noutras alturas, com igual veemência esconjuram. A repressão fora enfraquecendo, sem dúvida, o movimento sindical de esquerda e vivia-se num período de extrema desorientação, em que o próprio presente, e já não só o futuro, se tornava cada vez mais opaco. Mais o extremismo e o revolucionarismo de anarquistas e comunistas, tanto em matéria reivindicativa como no tipo de acções inconsequentes que, de tempos a tempos, uns e outros insistem em desenvolver, iriam ter como principal consequência o acelerar da desagregação do próprio movimento. É que, ao contrário do que depois se tomará lenda, extremismo e revolucionarismo falam-nos não de força, mas de fraqueza" (p. 210/220).

cional-sindicalista (°); o precisar da influência da "Crise de 1929" na evolução do "movimento operário" português; o facto de uma percentagem significativa de operários, activistas e dirigentes sindicais continuar a recusar a população feminina um estatuto de igualdade ou, sequer, legitimidade para se integrar no mercado de trabalho; a aceitação das relações de tipo colonial e de concepções racistas por parte de um segmento relevante do operariado português; a adopção de posturas "corporativistas" e "exclusivistas" (os contratos de union e closed shop )como estratégia de atenuação dos efeitos da crise económica (°).

Em relação às segunda e terceira partes da monografia em análise, é obrigatório salientar a demonstração de que a ditadura chefiada por Oliveira Salazar planeou e concretizou, nas suas primeiras décadas de existência, uma política social relativamente inovadora—de forma coerente, aliás, como os princípios proclamados

(°) "A partir de então estala o verniz e o jornal católico passa a usar uma linguagem ultramontana e fascizante. Aos anarquistas arremessem os epítetos de "assassinos" e "bárbaros". O marxismo é definido como obra do "Judaísmo" e da "Maçonaria", as "duas seitas" a que pertenceria Karl Marx. e o comunismo surge como resultado de uma conspiração entre "judeus", "maçónicos" e "burgueses milionários" para destruir a "civilização cristã" Ao enveredarem por esta linha de argumentação e por esta linguagem - que não se afastavam muito do anti bolchevismo e do antisemitismo da ortodoxia católica da altura - os sindicatos católicos resvalavam claramente para os temas e estilo caros ao Nacional-Sindicalismo, apesar da autoproclamada divergência de orientação", (p. 213/214).

(°) "Através das "pautas aduaneiras" e do "condicionamento industrial", que os patrões haviam insistentemente reivindicado e conseguido, estes tinham eliminado os concorrentes externos e os hipotéticos concorrentes nacionais [...].Através das cláusulas restritivas que acabámos de enunciar, e salvaguardadas todas as distâncias, é como se os trabalhadores tivessem procedido de igual modo. Cada grupo operário e profissional entrincheira-se sobre si mesmo. Constrói uma muralha à sua volta, tentando proteger-se, de mil e uma maneiras, da invasão de estranhos - e, nalguns casos, por sua vontade, os estranhos não seriam apenas outros homens, mulheres e menores, mas também as máquinas - procurando evitar que aquela invasão viesse a fazer descer os salários. E, ao mesmo tempo, reservava para si a segurança de emprego e para os seus familiares os postos de trabalho entretanto vagos ou que iam sendo criados pelo natural crescimento da indústria." (p. 501)

pelo "pensamento social católico", pelos sectores integralistas e nacional-sindicalistas, pelos defensores do "paternalismo social" de iniciativa patronal.

Essa postura, que não contrariaria a global "natureza de classe" do Estado Novo (<sup>1</sup>), contribuiu de forma significativa para a estruturação e consolidação do mesmo; reforça a sua caracterização como "regime fascista", alternativa à gestão demo-liberal de um capitalismo marcado por urna conjuntura de "crise" (crise de relacionamento entre grupos sociais e sectores económicos "arcaicos" e "modernos", crise de transição da fase "monopolista" para a fase "monopolista de Estado"); contou sempre com a oposição da generalidade dos empresários (individualmente considerados ou através das associações patronais respectivas) (<sup>2</sup>); esteve longe de provocar a unanimidade no universo dos apoiantes e dirigentes da ditadura, contando, entre os seus principais defensores, com os responsáveis pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP), pelos Serviços de Acção Social (SAS), pela

(<sup>1</sup>) "Resta saber o que terá pesado mais: se a consciência de que, ao consagrar formas de negociação imperativa no Estatuto do Trabalho Nacional, corriam o risco de criar anti-corpos e de alienar o apoio dos patrões, risco perigoso sobretudo numa altura em que o regime não está ainda inteiramente consolidado; se a convicção de que a força, a autoridade e a pressão do Estado - e de um Estado que se mostra respeitador da propriedade individual e da iniciativa privada e sob cujo manto se alberga a organização sindical - seriam condição suficiente para converter os patrões à colaboração de classes.

Qualquer que tenha sido a razão - e ambas são plausíveis - o resultado é inequívoco, regime não viera equilibrar, antes viera desequilibrar, e de forma inexorável, as condições e os poderes entre as partes. A desigualdade e a assimetria entre capital e trabalho viam-se agravadas. Nestas circunstâncias, ao Estado não resta outra alternativa que não seja compensar esse desequilíbrio, assumindo o ónus da defesa dos "de baixo" e, com ele, o encargo de resolver as tensões mais fortes ou as desigualdades mais críticas", (p. 651)

(<sup>2</sup>) "E a policia partilha de uma convicção e tem uma certeza. A convicção é a de que, "com o procedimento de muitos patrões [...],pela maneira por que tratam os operários, são os principais incitadores à revolta". A certeza é a de serem também eles os que "depois se vêm queixar da desordem social e pedem providências às autoridades quando se sentem ameaçados pela onda que eles próprios ajudaram indirectamente a formar", (p. 361)

Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), pelos segmentos "laborais" da Acção Católica Portuguesa (6).

De acordo com a proposta interpretativa apresentada por Fátima Patriarca, o deflagrar e o desenrolar da Segunda Grande Guerra (a forma como o "Portugal neutral" se adaptou às regras da "guerra económica" e às novas características da "economia de guerra") teriam resultado na alteração irreversível dos equilíbrios sócio-políticos característicos do Estado Novo na sua fase de "maturidade e apogeu".

O projecto de uma "ordem corporativa estável", tutelada por um Estado "paternalista", tornou-se cada vez menos plausível perante, no plano interno, o recrudescimento da conflitualidade social e a reconstrução (em novos moldes) das estruturas clandestinas do PCP, a aceleração do ritmo do crescimento económico e o correspondente reforço da capacidade de pressão por parte da burguesia industrial; no plano externo, a derrota dos mais poderosos regimes fascistas, o predomínio dos regimes demo-liberais, o aumento da capacidade de intervenção da União Soviética, dos Partidos Socialistas e Comunistas, do movimento sindical.

A terminar, refiro alguns aspectos que poderiam, eventualmente, ter sido mais desenvolvidos e/ou elaborados de forma diferente.

Justificar-se-ia por exemplo, um aprofundamento de temáticas como as das relações existentes entre modalidades (públicas e privadas) de repressão e estruturas sindicais (antes e depois de 1926, antes e depois de 1933); entre o patronato português (sobretudo do sector industrial) e o Estado Novo (dentro e forados "organismos

(6) "Queriam, peia via da tolerância, das isenções, do prolongamento da abertura aos sábados e do trabalho suplementar, aumentar o período de laboração e dele fazer um uso mais flexível. E queriam tudo isto sem em troca oferecerem nada. Mas queriam sobretudo ver-se livres da dependência e controlo a que estavam sujeitos por parte do INTP. A irritação que este Instituto, o corpo dos seus delegados e as suas deliberações provocaram nos patrões e nos dirigentes das respectivas associações de classe é evidente. A sua intervenção é tida como uma afronta ou, para utilizar os seus próprios termos, como um "vexame", (p. 444)

corporativos").

Teria sido relevante se Fátima Patriarca pudesse ter comparado a "política social" da ditadura portuguesa com as "políticas sociais" desenvolvidas, nas décadas de vinte a quarenta, pelos regimes vigentes em outros países; se pudesse ter analisado algumas das questões teóricas implícitas (mas não explicitadas) ao longo da sua monografia. Menos coerente é o tom valorativo (não explicativo) por vezes assumido quando são caracterizados os comportamentos das diversas correntes político-sindicais e, em especial, do "sector comunista" (').

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES

(')"Pouco importaria que os habitantes, neste caso os operários, filiados e não filiados nos organismos sindicais, e em nome de quem a elite dirigente fala e actua, correspondam ou não à ideia gloriosa do "operariado activo" dos anarquistas ou à do "proletariado revolucionário" dos comunistas. Ou que acreditem mais nas soluções individuais do que nas colectivas. Ou que, quando convertidos ao associativismo, se mostrem bem pouco dispostos a bater-se pelas reivindicações irrealistas da CGT ou a enveredar pelas acções radicais preconizadas pela corrente comunista. Pouco importa ainda que a Ditadura tire partido de umas e outras. O que importa é que cada corrente ganhe posições dentro do movimento sindical organizado, sobretudo nas instâncias de cúpula e de coordenação, mesmo que nessa luta de posições e conquista precipitem o sacrifício inglório de dirigentes e militantes, de meios logísticos ou da sua própria voz, os órgãos de imprensa.

Seria fácil absolver os socialistas do pecado, eles que têm e defendem uma concepção plural do movimento e se distanciam do ultra-revolucionarismo das outras correntes [...]. Nos tempos que então correm e com os constrangimentos políticos que se conhecem, o recurso à "acção directa" e à "táctica revolucionária" tomavam-se progressivamente de mais difícil aplicação, sem que, em contrapartida, as posições mais realistas das correntes reformistas conseguissem afirma-se e muito menos inverter a contagem decrescente em que o movimento parecia lançado", (p. 218/219)